

Aproximação a uma Teoria Geral da Economia Política. Relações entre Economia, Política e Direito

FERNANDO DOS REIS CONDESSO & RICARDO ALEXANDRE AZEVEDO CONDESSO *

I. As várias *teorias económicas* têm características diferentes, ao procurar explicar certos aspetos e dinâmicas resultantes da análise de distintas *experiências empíricas*.

Dado que estamos face a teorização em matéria de natureza social, ela não pode sofrer uma *experimentação conferidora*, no seu próprio processo de produção científica. Partimos da hipótese que, tendo que recorrer à realidade existente ou à “experiência” história, numa linha de *análise diacrónica e sincrónica*,¹ há que ir para além

JURISMAT, Portimão, n.º 6, pp. 15-42.

* FRC: Regente da cadeira de Teoria do Desenvolvimento Económico-Social, de Curso de Doutoramento em Desenvolvimento Socioeconómico, na década anterior; RAAC: Doutor em Administração e Políticas Públicas.

¹ CLERC, Denis – *Déchiffrer les grands auteurs de l'économie et de la sauvage*. Vol.I e II, Paris: Éd.La Découverte et Syros, 1997 e 1998; CRAFTS, Nicholas –“Globalization and Economic Growth: A Historical Perspective”. *World Economy* 27, (1), 2004, p.45-58; DIXIT, Avinash -*The Making of Economic Policy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996; –“Evaluating Recipes for Development Success”. *World Bank Research Observer* 22, (2), 2007, Pp.131-157; FELTON, Andrew; Reinhart, Carmen M. –The First Global Financial Crisis of the 21st Century. London: Centre for Economic Policy Research, 2008; GILBERT, Neil –*The Transformation of the Welfare State: The Silent Surrender of Public Responsibility*. New York: Oxford University Press, 2004; HEILBRONER, Robert –*Les grands economistas*. Paris: Seuil, 1971; PARKER, David –“The Impact of Regulation on Economic Growth in Developing Countries: A Cross-Country Analysis”. *World Development* 35, (1), 2007, Pp.87-103; ROGOFF, Kenneth S. –*This Time is different; Eiggt Centuries of Financial Folly*. Princeton: Princeton University Press, 2009; SKIDELSKY, Robert –*John Maynard Keynes: O Regresso do Mestre*. Posfácio de Jacinto Nunes. Alfragide: Texto Editores, 2010; TEMIN, Peter –“The Great Depression”. In ENGERMAN, Stanley L.; Gallman, Robert E. (Editores). *The Cambridge University Press*, 2000, 3.Pp.301-310; –*Lecciones de la Gran Depresión*.Madrid: Alianza Editorial, 1995.

dos dogmas e pretensos infalíveis modelos matematizados, para apurar da maior ou menor correção relativa dessas teorizações. Fugindo à sua desvalorização pelo endeusamento das suas receitas sem medida nem temporalização. Antes procurando perceber a sua aplicação em momentos distintos, uns em que tiveram êxito e outros foram um desastre. Ou seja, desabsolutizando-as no espaço e no tempo. Resituando-as apenas nos momentos úteis, presentes ao logo da história nos vários momentos da evolução das economias.

Partimos, pois, da inultrapassável releitura dos acontecimentos económicos do passado e de uma análise sobre outras experiências do momento.

Colheremos delas os *factos, fatores e consequências registadas, verificáveis, efeitos e influências*, que ajudem a confirmar ou a infirmar as teorias e os modelos, que os seus cultores vão apresentando, para reformular teses ou mesmo reconstruir novas sínteses,² ajustando as teorias às realidades, desmistificando pressupostos ou dogmas

² MYRDAL, Gunnar –*Procès de la Croissance*. Paris: PUF, 1979; –*Théorie économique et pays sous-développés*. Paris: Présence africaine, 1959; KEYNES, John Maynard –*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Lisboa: Relógio D' Água, 2010; KINGDLEBERGER, Charles –*Manias, pánicos y creacs: historias de las crisis financieras*. Barcelona: Ariel, 1991; ARMSTRONG, Mark; SAPPINGTON, David E. M. –“Regulation, Competition, and Liberalization”. *Journal of Economic Literature* 44, (2), 2006, Pp.325-366; BLOMERT, Reinhart –*John Maynard Keynes*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Verlag GmbH, 2007. Prefácio de Nicolau Santos. Lisboa: Expresso, 2011; DOYLE, Martin W, STANLEY, Emily H.; HAVLICK, David G.; KAISER, Mark J; STEINBACH, George; GRAF, William L.; GALLOWAY, Gerald E; RIGGSBEE, J Adam –“Aging Infrastructure and Ecosystem Restoration”. *Science* 319, (5861), 2008, Pp.286-287; LUCAS, Robert –“Expectations and the Neutrality of Money”. *Journal of Economic Theory* 4 (2): 103-124, 1972; LUCAS, Robert –“On the Mechanics of Economic Development”. *Journal of Monetary Economics* 22 (1), 1988, Pp.3-42; LUCAS, Robert –“Why Doesn't Capital Flow from Rich to Poor Countries”. *American Economic Review* 80, 1990, Pp.92-96; LUCAS, Robert –*Studies in Business-Cycle Theory*. MIT Press, 1981; FENG, Yi. –*Democracy, Governance, and Economic Performance*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003; HAYEK, Friederich August von –*The Road to Serfdom*. George Routledge & Sons, 1944; –*Prices and Production*, New York: Augustus M. Kelly Publishers, 1931; –*The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*. W.W.Bartley III, 1989; FISHER, Irving –“The Debt-Deflation Theory of Greit Depressions”, *Econometria* 1, 1933; LUCAS, Robert et alteri –“Comment on “British Imperialism Revisited: The Costs and Benefits of Anglobalization”. by Niall Ferguson”. http://home.uchicago.edu/~sogrodow/homepage/Niall_Ferguson.pdf, 2003; FRIEDMAN, Milton; SCHWARTZ, Anna Jacobson –*A Monetary History of the United States 1867-1860*. Princeton University Press, 1963; FRIEDMAN, Milton –*Territory and Function*. University of California, 1979; –*Capitalism and Freedom*. Univ. Chicago, 1962; FRIEDMANN, J. e DOUGLASS, M. –“Agropolitan Development: Towards a new Strategy for regional planning in Asia”. In *Growth Pole: Strategy and Regional Development Policy*. LO, F. e SALIH, K. (ed.). Oxford: Pergamon Press, 1978; BHAGWATI, Jagdish N; KRUEGER, Anne –“Exchange Controls, Liberalization, and Economic Development”. *American Economic Review* 63, (2), 1973, Pp.419-427; DOPPELHOFER, Gernot; MILLER, Ronald; SALA-I-MARTIN, Xavier –“Determinants of Long-Term Growth: A Bayesian Averaging of Classical Estimates (BACE) Approach”. *American Economic Review* 94, (4), 2004, Pp.813-835; SAMUELSON, Paul An-

universalizadores sem confirmação ou mesmo concluindo que cada tempo tem exigências de doses e temperos de dimensão diferente ou mesmo de origem e conceção distinta, quantos à aplicação relativa das suas receitas.

Com efeito, em causa está a “economia política”. Economia na e para a sociedade. Ou seja, em si e na sua inextrincável inter-relação com o social, o coletivo, e o psicológico individual mas generalizável. Uma economia e políticas assentes e a assentar na e para sociedades concretas, em momentos historicamente situados. Economia, em si, mas também através da política, ativa ou demissionista, e do direito, organizador, facilitador, promotor, mas também preventivo. Que todos, agindo ou omitindo, orientam e governam essa sociedade, em que ela se insere e visa sustentar e fazer progredir. De facto, tratar da *economia política* é tratar da interligação entre *economia, política e direito*.³ E estes, para serem eficazes, têm que aparecer enquadrados numa síntese dual, menos como teses alternativas e mais como soluções complementares, tendo presente as diferentes fases da vida económica e suas exigências específicas. Ou seja, os períodos normais de crescimento e os períodos de crise das sociedades, dos seus processos económicos e das suas finanças públicas, que deles dependem.

thony; Nordhaus, William D. –*Economics*. McGraw Hill Professional, 18ª edição, 2004; SMITH, Adam –*Wealth of the Nations*, The. Editora Modern Library, 2000; MILL, John Stuart –*Principles of Political Economy and Chapters on Socialism*. Editora Oxford UK, 1999; MARSHALL, Alfred –*Principles of Economics*. Amherst, New York, 1997; KOO, Richard C. –*O Santo Graal da Macroeconomia: Lições a Retirar da Grande Recessão do Japão*. Lisboa: Smartbook, 2010; EASTERLIN, Richard E. –*Growth Triumphant: The Twenty-First Century in Historical Perspective (Economics, Cognition, and Society)*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1998; DOMAR, Evsey D. –“Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment”. *Econometrica* 14, (2), 1946, p.137-147; PARETO, Vilfredo –*Manual of Political Economy*, 1906; KALDOR, Nicholas –*Le fléau du monétarisme*. Paris: Economica. 1985; Bruno, Michael, and William Easterly –“Inflation Crises and Long-Run Growth”. *Journal of Monetary Economics* 41, (1), 1998, Pp.3-26; CHRISTIANO, M. EICHENBAUM e SERGIO REBELO –“When is the Government Spending Multiplier Larger”. *NBER Working Paper* 15394, oct. 2009. <http://www.nber.org/papers/w15394>, última consulta em 30.11.2014.

³ V.g., MONCADA, Luís Solano Cabral de –*Direito Económico*. 6ª Edição, Coimbra Editora, 2011; CONDESSO, F. –“Portugal, o governo português, o FMI, o BCE e a UE: abordagem politológica da anatomia e anomia do desenrolar da crise”. *Troica Ano II*. Coord. Ed. Paz Ferreira, 2013; CONDESSO, Fernando –*Derecho de acceso de los ciudadanos a la documentación e información. Cuestiones y fundamentos politológicos, económico-financieros, comunicacionales y ambientales*. Tomo I, EUA, RU, Tubinguen: LAMBERT ACADEMIC PUBLISHING GMBH & CO. KG, 2012. CONDESSO, Fernando –*Ordenamento do Território: Administração e Políticas Públicas, Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2005. ROSADO PACHECO, Santiago –“El Estado administrativo en la España del siglo XIX: Liberalismo y intervencionismo: Notas históricas a propósito del fomento, la expropiación y la contratación administrativa. 1836-1869”. *Cuaderno y Debates*, n.º92, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000; FRANCO, António L. de Sousa –*Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990; SANTOS, António Carlos dos; GONÇALVES, Maria Eduarda; MARQUES, Maria Manuel Leitão –*Direito Económico*. 5.ª Ed., Coimbra: Almedina, 2004.

O que está em questão é o divórcio de escolas na aceitação de um real diversificado, que exige soluções diferentes. Com efeito, em causa nos processos económico-sociais, não está uma realidade única (punctiforme, situada num espaço etéreo de agentes santificados, sem ganâncias corruptoras do sistema económico e de ética irreprensível, sempre de crescimento. E nem se está sempre face a uma realidade de crise. E nem sempre de crise estrutural, com perda paulatina da força dos diferentes fatores de produção; ou sempre de crise de pânico, face a perdas inesperadas, abruptas de ativos empresariais, falta de confiança na agentes políticos e económicos, de insolvências, manutenção de poupanças improdutivas, diminuições de consumo). O que está em análise, afastando a ideia de pressupostos únicos, é uma realidade do social que é plural e nem sempre previsível. Que impõe análises diferentes, igualmente aceitáveis, ligadas a evoluções dos distintos espaços e tempos, ligados a vontades positivas ou psicologias de medo, situações de vento levante e eventos de destruição súbita, nem sempre passíveis de sínteses construtivas (umas vezes empolando o PIB e outras colocando a questão da sua recessão), se entregue a si mesmo. O que importa diagnosticar em termos situados, sem o que as receitas terapêuticas estereotipadas, de uma só escola, não poderão resultar, antes agravar.

II. As duas principais *teorias macroeconómicas* em confronto na atualidade aparecem divididas em questões políticas essenciais:⁴ ou seja, não só na questão da inter-

⁴ BORDO, Michael –*The Crisis of 2007: Some Lessons from History*. London: VoxEU.org., Centre for Economic Policy Research, 2007; CICCONE, Antonio; JAROCIŃSKI, Marek – “Determinants of Economic Growth: Will Data Tell?”. *Working Paper* 852. Frankfurt am Main: European Central Bank, 2008; DEHOUSSE, R. et al. –*Europe after 1992: New Regulatory Strategies*. Florença: IUE, Working Paper Law, n.º 92/31; DOUCOULIAGOS, Hristos; PALDAM, Martin – “Aid Effectiveness on Accumulation: A Meta Study.” *Kyklos* 59, (2), 2006, Pp.227-254; DURLAUF, Steven; KOURTELLOS, Andros; TAN, Chih Ming – “Are Any Growth Theories Robust?”. *Economic Journal* 118, (527), 2008, Pp.329-46; EICHENGREEN, Barry –*The Asian Crisis after Ten Years*. Berkeley: University of California, 2007; FRANCIS, J. –*The politics of regulation*. Oxford: Blackwell, 1993; GLASS, Carter; STEAGALL, Henry and United States Congress –*Public Law 73-66, 73d Congress, H.R. 5661: An Act to provide for the safer and more effective use of the assets of banks, to regulate interbank control, to prevent the undue diversion of funds into speculative operations, 1933 [Banking Act of 1933]*, consultada em 3.1.2014, em Federal Reserve Archive-Discover Economic History (RASER): <http://fraser.stlouisfed.org/publication/?pid=991>; GREENWALD, Bruce and STIGLITZ, Joseph E. – “Externalities in Economies with Imperfect Information and Incomplete Markets”. *Quarterly Journal of Economics*, n.º 90, 1986; REINHART, Carmen M.; STIGLITZ, Joseph E. – *Freefall. America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. Traduzido por Alejandro Pradera e Núria Petit: *Caida Libre: El libre mercado y el Hundimiento de la economía mundial*. Madrid: Taurus, Santillana Ediciones Generales, 2010; –*Los felices noventa*. Madrid: Taurus, 2003; –*Risk and Global Economic Architecture: Why Full Financial Integration May Be Undesirable*. *American Economic Review*, American Economic Association, vol. 100(2), May 2010, Pp. 388-392; GREENWALD, Bruce C.; STIGLITZ, Joseph E. – “Asymmetric Information and the New Theory of the Firm: Financial Constraints and Risk Behavior”. *Ameri-*

venção direta do Estado, como sobre os incentivos à economia e a regulação desta em aspetos fundamentais de normação e controlo,⁵ especialmente do sistema financeiro,⁶ que em momentos de crise só se salva se passar a viver do dinheiro dos contribuintes.

Em geral, os neoclássicos, que acreditam no reequilíbrio contínuo, automático, dos mercados, entendem que estes só “falham face a informação imperfeita e outras fricções”,⁷ devendo os incentivos passar pela emissão de moeda pelo Banco Central.

Os neokeynesianos defendem que o Estado deve gerir um défice orçamental financiado pela emissão de obrigações, canalizando este dinheiro diretamente para projetos de infraestruturas, como condição para o crescimento económico.

Vejam as principais diferenças entre os diferentes *neo-economistas* (economia *mainstream*, de neoclássicos e neokeynesianos), que no conjunto reduzem o espectro das políticas macroeconómicas e alteram o objetivo específico desta e do keynesianismo e dos grandes teóricos das escolas alemãs e suecas não liberais.

As teses liberais assentam essencialmente em três *dogmas*, que embora contrariados empiricamente, nem por isso tiram interesse às teses sobre política económica que deles se pretende retirar.

Começo por referir o da *plena disponibilidade de informação perfeita e da desprezibilidade do problema da incerteza na economia*.

Segundo os liberais neoclássicos, os agentes económicos possuem ou podem adquirir informação perfeita relativamente a acontecimentos futuros, pelo que a *incerteza* pode ser enquadrada por cálculos de probabilidades. Abolem a distinção fundamen-

can Economic Review, American Economic Association, vol. 80(2), May 1990, Pp. 160-65; HALL, P. –“Forces Shaping Urban Europe”. *Urban Studies*, Vol.30, n.º6, Junho 1993; MYRDAL, Gunnar –*Procès de la Croissance*. Paris: PUF, 1979; –*Théorie économique et pays sous-développés*. Paris: Présence africaine, 1959; ITO, Takatoshi; Krueger, Anne O. (eds). – *Governance, Regulation, and Privatization in the Asia-Pacific Region*. Chicago: University of Chicago Press, 2004; NOVALES, Alfonso; SEBASTIÁN, Carlos –*Análisis Macroeconómica I e II*. Barcelona: Marçal Pons, 1999.

⁵ ARNOTT, Richard; STIGLITZ, Joseph E. –“Moral Hazard and Non-market Institutions: Dysfunctional Crowding Out or Peer Monitoring”. *American Economic Review* 81, (1), 1991, Pp.179-190.

⁶ BERNANKE, Ben S. –“Nonmonetary effects of the financial crisis in the propagation of the Great Depression”. *American Economic Review* 73, 1983, Pp.257-276; ANG, James B. –“A Survey of Recent Developments in the Literature of Finance and Growth”. *Journal of Economic Surveys* 22, (3), 2008, Pp.536-576.

⁷ BAGUS, Philipp –*A Tragédia do Euro*. Prefácio de João Ferreira do Amaral. Lisboa: Actual, 2011.

tal entre *incerteza da economia* (considerando irrelevante a psicologia dos mercados financeiros, a variabilidade do investimento e o papel da moeda como reservatório de valor), e o *risco dos agentes económicos*. Depois, há a afirmação da *garantia da automaticidade de ajustamentos eficazes*.

Os neoclássicos eliminam o *fator tempo*, pois aos choques externos não teriam de seguir-se situações em que os mercados gerem crises, uma vez que os agentes com *informação continuamente atualizada* procederiam a *ajustamentos instantâneos*.

Os neokeynesianos, se admitem falhas a curto prazo (sobretudo devido à rigidez dos preços, face aos choques de procura), não explicam as falhas da procura agregada ao desconsiderar o fator incerteza; e entendem que os mercados, por si, nunca conseguem *autoequilibrar-se ao nível do pleno emprego*,⁸ nem a curto nem a longo prazo, pois não é possível ter informação necessária para tal.

Por último, defendem a aplicação à macroeconomia da teoria da *otimização* por parte das empresas e consumidores (*microeconomia*), afastando as ideias resultantes da *incerteza face ao futuro* e, portanto, a consideração da estruturação do comportamento individual *por dados psicológicos agregados* (*propensão ao consumo*, estado de confiança, preferência de liquidez).

Os seus *modelos económicos estereotipados* dão apenas relevo às “variáveis reais” (emprego, salários reais, etc.), e não a devida importância ao elemento *confiança*.

Ora, devem tomar-se medidas de *promoção da economia*, na linha dos ensinamentos das escolas não liberais *sueca e alemã* e dos seus pressupostos presentes no pensamento de Keynes.

Desde logo, com *investimentos públicos seletivos e reprodutivos*, tendo presente o efeito de confiança ligado a expectativas positivas, o efeito *desmultiplicador de incerteza e de desconfiança*, estimula a economia, reduz o *desemprego* e impele a consumir mais, o que se repercute e altera positivamente, no seu conjunto, o processo económico em curso.

Tal exige uma boa *planificação temporal* e dos objetivos que se pretende atingir para o efeito. Se tal não acontecer, pode ocorrer um *efeito multiplicador de desconfiança e incerteza*.

⁸ BENHABIB, Jess; Spiegel, Mark M. –“The Role of Human Capital in Economic Development Evidence from Aggregate Cross-Country Data”. *Journal of Monetary Economics* 34, (2), 1994, Pp.143-173.

Impõe-se, pois, uma imediata, suficiente e correta política pública de *incentivos*. Mesmo *impositiva*, na medida em que os bancos recebam assistência pública, medidas de auxílio financeiro, face à *crise do crédito*. Para que o *efeito multiplicador do dinheiro* se vá ampliando.

Tal depende dos empréstimos a custo razoável às empresas e do gasto efetivo do dinheiro.

O que o simples empréstimo de dinheiros públicos ou a simples criação de dinheiro não garante.

III. As crises, em si, se têm fundamentação estrutural, implicam uma *fase de contração no ciclo económico*, mas mesmo que assentes originariamente em meras perdas de ativos com fuga à contração privada de crédito, se não acompanhadas, implicam uma *redução expressiva da atividade económica*.⁹

Tal é considerado uma fase normal dos *ciclos económicos*, conatural à própria *economia capitalista*.

No entanto, nos últimos tempos vivemos uma crise que parece ser uma oportunidade “perdida” para repensar as teorias abstratas em ordem a reenquadrar as políticas e normações públicas, designadamente preventivas. Aplicando teorizações contraciclo. Com imposição de equilíbrios orçamentais, acompanhadas de confiança em políticas monetárias¹⁰ ineficazes no momento e prejudiciais a prazo, flexibilizações redutoras de rendimentos, de desigualdades¹¹ e, em geral, *austeridades sociais excessivas*. Com políticas públicas orientadas, em grande parte, por meros *cortes de despesas* públicas e de rendimentos individuais, que se traduzem no “fomento” de uma sobre-*crise*, de *economia recessiva*.¹² Derivada da crise financeira, não corrigida nos pontos nevrálgicos por adequadas políticas públicas que evite graves implicações na perda de riqueza do país e das pessoas em geral. Com consequente dificuldade de recuperação a prazo nos países implicados. Ou seja, numa retração geral na atividade económica por um certo período de tempo.

⁹ SHISKIN, Julius –“The Changing Business Cycle”. New York Times, 1.7. 1974, P. 222.

¹⁰ STIGLITZ, Joseph E.; GREENWAL, Bruce –*Rumo a um Novo Paradigma em Economia Monetária*. Francis, 2004.

¹¹ BOURGUIGNON, François; MORRISON, Christian –“Inequality among World Citizens: 1820–1992”. *American Economic Review* 92, (4), 2002, Pp.727-744; WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate –*The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. London: Allen Lane, 2009.

¹² ACHUTHAN, Lakshman e BANERJI, Anirvan –“The risk of redefining recession”. *CNNMoney.com*, 7 de maio de 2008; COSTA, C; PEREIRA, E.; CRUZ, A. –“Macroeconomia: Objecto e Grandes Problemáticas”. In *Princípios de Economia*. Lisboa: ISCSP, 2011, Pp.51-84.

Há uma *queda no nível da produção* (Produto Interno Bruto), aumento do *desemprego*, queda do *nível de investimento*, queda no *rendimento familiar*, redução da *taxa de lucro das empresas*, aumento do número de “*falências*” e *acordos de pagamentos com perdão parcial e dilatação no tempo*.¹³

A sua origem está em geral na *queda generalizada dos gastos*, do consumo e investimentos públicos e privados, face a *erros dos agentes económicos, bolhas, pânico, retração privada na procura de crédito*, e consequentes *incertezas da economia*. Naturalmente que o *consumo*, melhor, a *procura agregada*, sempre será decisiva. Mas, se a teoria económica não pode deixar de partir da *problemática da procura* (e não da oferta, como querem os neoclássicos), *de facto*, hoje, esta análise deve ter presente o facto de *políticas de promoção do consumo* poderem servir muito para o *aumento do défice da balança comercial*, pelo aumento de importações, no atual ambiente de *globalização* e sobretudo de espaços comercialmente integrados e abertos, como acontece na União Europeia. Isto, com *efeitos perversos não compensados*, sobretudo em países com fraca *percentagem de produção de bens transacionáveis* e *insuficiente percentagem de exportação de bens*. Importa entendimentos de promoção do consumo, mas já não isoladamente por país, mas em todo o espaço aberto e também noutros espaços exteriores com fortes circuitos de comercialização. Para que servem, no plano mundial, os G5 ou G20 e, nos espaços integrados, os seus órgãos de governo supranacional.

Pelo que, em geral, para cortar o processo recessivo, se exige que os Estados respondam com *políticas macroeconómicas expansionistas* (utilização de dinheiros das poupanças parados, inutilizados no sistema bancário, expansão da oferta de meios de pagamento e do gasto público, redução de impostos que abranjam a generalidade da população consumidora).

Não *gastos excessivamente endividadores* e hipotecadores do futuro, sobretudo se os desequilíbrios orçamentais já vinham erradamente do período anterior à crise, em que a dinamização económica devia ter assente essencialmente nos setores privados e não no público. E não investimentos públicos *sem efeitos multiplicadores* na economia e no emprego. O que pode provocar uma nova crise.¹⁴

¹³ ACHUTHAN, Lakshman e BANERJI, Anirvan –“The risk of redefining recession”. *CNN Money.com*, 7 de maio de 2008; SHISKIN, Julius –“The Changing Business Cycle”. *New York Times*, 1.7. 1974, p. 222; SANDRONI, Paulo (org.) –*Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

¹⁴ Após o colapso das empresas “ponto com”, uma grande expansão do crédito americano levou à bolha das hipotecas e crise do *subprime*, com a expansão do gasto público a criar, depois, em grande parte, a crise da dívida soberana, com maior repercussão mundial no caso da zona euro.

A *atual crise económica*, iniciada visivelmente em 2008, que é claramente uma grande recessão que começou por atingir especialmente os EUA e a Europa Ocidental, acabou por incidir especialmente na UE devido a impotentes políticas monetárias, de austeridade e não de expansão e apoio ao emprego e investimento.¹⁵

Não se podem adotar políticas desconsideradoras da economia real, atual e futura.

Com *medidas desequilibradas, nas doses temporais visando reduções orçamentais e a dívida*, à custa da economia e com soluções *socialmente iníquas e injustas para as classes médias, os reformados e os trabalhadores, bloqueando o consumo, a produção e o emprego*.

Pelo contrário, impõem-se *soluções equilibradas* entre a *necessidade de reequilíbrios* e reestruturações de fundo permanentes.

E não meramente conjunturais para resolver a “crise da dívida”,¹⁶ face ao *endividamento excessivo, mas sem esquecer a absoluta exigência de investimentos multiplicadores*. Com necessidade de rápidas e eficazes *políticas económicas*. Sem cortes de rendimentos nem de prestações sociais, sem descurar a questão essencial da sustentação e aumento do emprego e da formação.

Não pode ter-se presente apenas, ou sobretudo, as exigências dos interesses dos *credores, bancários ou não, e dos Estados estrangeiros* no curto prazo, desprezando o desenvolvimento de um país e do Espaço Económico Integrado em geral no futuro. E não implicando também esses credores e instituições centrais e países desse Espaço no estancamento da crise sofrida por países com eles em relação, como condição de mais rápido pagamento.¹⁷

¹⁵ Apenas a maciça intervenção norte-americana e europeia tem evitado o pior, mas que a não subida de salários e prestações sociais nem o aumento de importações por parte dos países com excedentes da Europa, v.g. Alemanha, e da Ásia, assim como as políticas impostas nas situações de resgate pelo FMI e EU, viradas, não para a apoio ao desenvolvimento da economia, especialmente do crédito das empresas, mas para o pagamento de dívidas do sistema bancário e aos países excedentários, o continua a não augurar nada de bom. Vide, v.g., CHENERY, Hollis, AHULUWALIA, Montek S; BELL, C L G.; DULOY, John H.; JOLLY, Richard –*Redistribution with Growth: Policies to Improve Income Distribution in Developing Countries in the Context of Economic Growth*. London and New York: Oxford University Press, 1974.

¹⁶ Em geral, CONDESSO, F. –*Derecho de acceso de los ciudadanos a la documentación e información. Cuestiones y fundamentos politológicos, económico-financieros, comunicacionales y ambientales*. Tomo I, EUA, RU, Tubingen: Lambert Academic Publishing GMBH & CO. KG, 2012; –*Derecho a la información: Crisis del sistema político. Transparencia de los poderes públicos*. Madrid: Dykinson, 2011; –*Europa em Crise: renegociação da dívida. Solução federal*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.

¹⁷ Sobre a posição crítica face ao ultraliberalismo e políticas de austeridade, CONDESSO, Fernando –“Portugal, o Governo Português, o FMI, o BCE e a UE: abordagem politológica da anomia e anomia do desenrolar da crise”. In *Troika Ano II. Eduardo Paz Ferreira (Coord.)*.

IV. Para chegar a uma conclusão sobre a *teorização adequada* para cada período do processo económico e à formulação do devido enquadramento político e jurídico das teorizações económicas, importa analisar os dados empíricos referentes a recessões marcantes, no século XIX e sobretudo mais recentes, desde a das tecnologias de Informação nos EUA em 1990, à recessão alemã do mesmo tipo de 2000-2005, à japonesa de 1990-2005 e à que se arrasta desde 2007-2008, com origem nos EUA e nos sistemas financeiros, com consequências que se têm revelado mais desastrosas na zona euro.

Será a partir desta análise da realidade historicamente assente, dos dados da experiência, que deve procurar-se o enquadramento para a evolução do processo económico e logo também para a propedêutica e terapêutica das crises derivadas do rebenatamento de bolhas e perdas de ativos.

Ou seja, a partir de uma *análise omnicompreensiva da realidade da evolução das economias, seus progressos e seus retrocessos*, face ao funcionamento das sociedades políticas e da maior ou menor deficiência e/ou eficiência do direito económico, preventivo, sancionador e saneador.

Tal propiciar-nos-á apoiar ou não, tomando posição, a teorização e as medidas que têm estado em debate.

V. Ora, constata-se que há recessões e recessões, concepções neoclássicas aceitáveis umas e erradas outras, invocadas soluções keynesianistas acertadas e outras fora de época ou mesmo falsamente invocadas.

(Apresentação pública na Reitoria da Universidade de Lisboa, em 20 de maio de 2013). Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 2013; –“A península ibérica e a União europeia: Nem esta integração nem o isolacionismo. Da União Europeia disfuncional a um modelo de unificação federal Democrática”. N.º7, *REIB, CEIB-URJC*, Madrid, Dez2012; –“Administración pública y Desarrollo Económico-Social. Ordenación del Territorio Y Medio Ambiente: Las asimetrías de desarrollo en Portugal y la reforma de las estructuras de gobernación territorial”. *Revista Monfragüe del Medio Ambiente*, n.º3, 2013; –*Portugal em Crise: Pela Reforma Global do Sistema Político e das Políticas Públicas. Proposta de Reformas Institucionais em Momento de Debate Anti-Crise situadas no âmbito das concepções do Estado Constitucional Democrático Social de Direito*. Prefácio de Eurico Figueiredo. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2011; –*Desarrollo y Cohesión en la Península Ibérica: El Problema de la Ordenación Territorial*. Barcelona: Erasmus Ediciones, Jan 2010; CONDESSO, Ricardo e Fernando –“Public administration and social economic development, planning and environment management: asymmetries development in Portugal and the reform of territorial governance structures”. *Revista Monfragüe*. Espanha, n.º3, 2013.

Não há, essencialmente, duas ou mais teorias económicas opostas, em conflito insanável.

Apesar de pressupostos diferentes, alguns errados, com soluções e medidas a despropósito.

Há, sim, momentos em que certas medidas são adequadas e outros em que a solução passa por outras opções políticas, mas exigindo a intervenção significativa do Estado, outras em que tal é prejudicial ao processo económico.

Ao fim-e-a-cabo, todos podem ter ou não muito de acertado e muito de errado. E isto, independentemente de dogmas de base errados ou acertados.

Ou seja, há por aí razões para não considerar perdidas ou desconhecidas as possíveis soluções, desde que se acertem os “relógios” dos seus momentos aplicativos em si ou em conjugações adequadas. Importa situar os pressupostos das teorias e as experiências de que partem, adaptá-las e resituá-las em termos de adequadas políticas futuras.

Ora, há momentos em que as preocupações têm de estar do lado da oferta e do mundo dos negócios e outros em que é o lado da procura e de suprimento de deficiências do mercado e de fortes estímulos públicos que deve prevalecer.

Ou seja, não há teorias únicas, certas ou erradas; o que há, apesar de pressupostos ou dogmas errados porque generalizados, são momentos específicos para a efetivação das diferentes teorias, pois elas próprias traduzem abstrações que partem de análises de experiências e lógicas diferentes. As quais, se aplicadas em momentos desadequados, embora umas mais do que outras, podem conduzir à não ultrapassagem das razões das crises e, portanto, mesmo a desastres económico-sociais ou ao seu inútil prolongamento.

Não podem renegar-se certos contributos teóricos do neoclassicismo para os momentos do ciclo económico, apesar de erros fundamentais concretizados em dogmas falsos, empiricamente contestáveis.

Como não pode renegar-se uma dada visão schumperiana sobre a terapêutica das crises e da construtividade subsequente numa análise centrada exclusivamente na lógica da reconfirmação do tecido empresarial.

E, muito menos, o contributo incontornável do keynesismo em fases de bolhas, crises abruptas, de origem não meramente estrutural de uma dada economia, antes perdas de ativos empresariais e pânico, fases de contraciclo em que as poupanças e

trabalhadores ficam desutilizados com riscos acrescidos de perdas da riqueza nacional e do Espaço económico integrado.

De qualquer modo, importa não aderir ao pensamento hayekiano e de certo liberalismo reinante, compreendendo que a defesa do Estado social é importante mesmo como solução também para o próprio avanço do progresso económico, como o revelam as experiências das economias nórdicas.

Não se pode ser nem pró nem contra o neoclassicismo ou esse mais confuso misto teórico designado de neokeynesismo.

O mais importante, hoje, é encontrar as receitas adequadas para os diferentes problemas do ciclo económico e da sociedade em que se desenvolve, feito de elementos materiais, dinheiro, negócios, riscos e lucros, mas também, de elementos psicológicos potenciadores ou distorçores, que podem levar ao inêxito o melhor programa económico ou as melhores teses e ao êxito outros teoricamente não tão bons.

O que pressupõe a correção e devida valorização dos diagnósticos, a monitorização das evoluções do ciclo e das crises e terapêuticas específicas para os diferentes problemas diagnosticados.

O que essencialmente se pretende significar é que uma teoria geral da macroeconomia exige exatidão na análise da fase do ciclo de crescimento económico a que se reporta e da fase da crise, seu tipo e sua dimensão, ou seja do “contraciclo”.

Na *fase normal do ciclo*, é defensável a aplicação, melhor ou pior, de certos aspetos político-procedimentais das teorias económicas *mainstream*. Embora não estritamente com o funcionamento da mão invisível de Smith ou um mero Estado mais ou menos mínimo. Antes um Estado sempre regulador. E exigindo regulações dos Espaços integrados e mesmo da globalização,¹⁸ contra excessos, “riscos morais” do sistema bancário e financeiro, banqueiros “putativos”.

¹⁸ Vide, em geral, STIGLITZ, Joseph E. –“Capital-Market Liberalization, Globalization, and the IMF”. *Oxford Review of Economic Policy* 20, (1), 2004, p.57-71; –*Making Globalization Work*. New York: W. W. Norton, 2006; VVAA –“Globalization in World History”. In A. G. Hopkins ed. New York: W. W. Norton, 2002; WILLIAMSON, Jeffrey G. –“Globalization and the Great Divergence: Terms of Trade Booms and Volatility in the Poor Periphery”, 1782-1913”. *NBER Working Paper* 13841. Cambridge MA; National Bureau of Economic Research, 2008; ANAND, Sudhir; SEGAL, Paul –“What Do We Know about Global Income Inequality?”. *Journal of Economic Literature* 46, (1), 2008, Pp.57-94; CRAFTS, Nicholas –“Globalization and Economic Growth: A Historical Perspective”. *World Economy* 27, (1), 2004, p.45-58; PRASAD, Eswar; ROGOFF, Kenneth; WEI, Shang-Jin; KOSE, M Ayhan –“Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence”. *IMF Occasional Paper* 220. Washington DC: International Monetary Fund, 2003; HITCHNER, R. Bruce –“Globalization Avant la Lettre: Globalization and the History of the Roman Empire”. *New Global*

Enquanto, na fase de crise, temos a constatação clara ou de problemas estruturais, exigindo reformas variadas mas de natureza micro, ou de viragem repentina nas contas das empresas. Com défices abruptos, que levam a tendências psico-materiais desastrosas para a economia em geral. Apesar de compreensíveis no plano individual, mas funestas no seu comportamento conjunto e momentâneo, ligado ao mero pagamento de dívidas. Com imediato esforço único de antecipação generalizada da recomposição das contas empresariais ou orçamentais públicas. Colocando-as no positivo ou no equilibrado. E simultâneo abandono da procura de dinheiro (das poupanças que se vão reforçando), que deixa de circular ficando inutilmente em depósitos e com abandono da lógica empresarial de maximização de lucros.

Ou seja, com medo do ambiente económico instalado, face ao rebotamento de bolhas e ao colapso do preço dos ativos, assumindo o mundo dos agentes privados o lema de limpar o lado negativo dos balanços e aguentar a crise até se voltar a reganhar confiança na economia.

Na *fase normal de uma economia saudável*, em termos de finanças empresariais os ativos propiciam a procura de dinheiro e de investimentos, permitindo criar passivos tranquilos, enquanto nas crises, abruptamente surgidas, os ativos degradam-se gerando passivos.

O princípio condutor das empresas é o da procura do máximo lucro, de empréstimos que o permitam e de investimentos. Levando a economia ao aumento da produção, de rendimentos e da procura agregada.

Enquanto na *fase de crise*, tudo se inverte rapidamente, face ao pânico, incertezas e falta de confiança na economia, com o abandono da lógica do lucro e a divinização da lógica do rápido pagamento das dívidas regenerador das contas, de limpeza dos produtos tóxicos ou em geral desvalorizados, de reforma dos balanços negativos, de eliminação ou diminuição da procura de dinheiro, de fuga a novos investimentos normais, com aumento paradoxal das poupanças das famílias e com as empresas vivendo em fluxo de caixa.

Logo, a recessão ou mesmo depressão, se não for controlada a crise. E com a exportação da crise para outros países, se não for resolvida com adequadas receitas internas.

Studies 2, (2), 2008; SAY, Jean-Baptiste –*Traité d'économie politique*, 1826; O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. –*Globalization and History*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001; JOHN KENNETH GALBRAITH –*A Crise Económica de 1929, 1961; History of Economics*. Penguin, 1991; KUKLINSKI, A. –“Regional development, regional policies and regional planning”. In *Regional Studies*, Vol. IV.

Enquanto no ciclo normal, ocorrem resultados positivos a favor da economia, destinados a “poucos” ou à maioria conforme as políticas fiscais e sociais, na crise há perda da riqueza nacional e prejuízos para quase todos.

A ilusão da política monetária, tão cara a não keynesianos é a tentação das respetivas autoridades. Eficaz no período normal, tende (sem resultados para a crise) a propiciar liquidez que se transforma em mera armadilha na fase de crise por recessão devida à diminuição da procura de dinheiro e de bens.

Os preços podem entrar em possível inflação na fase normal, mas tendem à deflação nas crises enquanto as taxas de juro, de normais, se tornem muito baixas.

Na *fase normal*, as crises bancárias resolvem-se com *spread* altos e rápidas remoções de empréstimos sem retorno, mas na fase de recessão, com a habitual falta de procura privada de dinheiro, pagamento de dívidas e diminuição da procura agregada, o que é necessário é a injeção de capital na economia, sustentação de empregos e do consumo, com a remoção cuidada dos empréstimos sem retorno.

Nas fases normais de desenvolvimento económico, a política orçamental, com investimentos visando a crescimento da economia pode ser contraproducente na medida em que se sobreponha ao investimento privado (retirando espaço ou encarecendo a dinâmica investidora privada), embora nada haja a opor em geral se controlada e se ao serviço já corrente da política social.

Mas é a única política capaz de controlar a crise nascente ou para não a deixar acentuar e prolongar, em geral ajudar a ultrapassar fragilidades de mercados que, então, desaproveitem fatores de produção, ao passando pela intervenção substitutiva do Estado, na linha da teorização keynesiana.

A teoria económica não pode construir-se pressupondo a irreal existência de um “modelo monofásico”, desenvolvimentista ou de crescimento perene, sem erros e sem crises de permeio.

E o ciclo económico, para que tal aponta, não pode deixar de ser visto, analisado e enquadrado em conjunto articulado e eficaz quer para a normalidade da maximização de lucros quando não há crise, como para a anormalidade da necessária minimização de danos generalizados no Espaço económico em causa e sua exportação para outros e sua reparação rápida, quando ocorreram.

Ou seja, uma correta teoria económica só pode conceber um *todo parabifásico*.

Ela tem que dispor tanto de instrumentos normais de maximização dos lucros, quando o ambiente o permite, como de instrumentos de diagnóstico e de terapêutica para o período de minimização dos prejuízos, das dívidas e do desperdício de fatores económicos (como o dinheiro sobrepoupado ou o desaproveitamento da mão de obra e o emprego, quando a economia o exija).

Tem de ser concebida numa unidade de exercício dual, de fases distintas mas articuladas coerentemente.

De facto, em *duas fases ou períodos principais* e consequentes fases intermédias (de trânsito, por adaptação ou por inércia): a fase de negócios normal, forte, saudável e a fase de crise, fraca ou doente.

No período normal, os agentes económicos funcionam como a teorização clássica-neoclássica, samuelsiana,¹⁹ schumpeteriana,²⁰ monetarista,²¹ em geral, melhor ou pior, preveem.

As empresas investem, procurando maximizar os lucros, utilizando as poupanças que a economia normalmente vai gerando, entregue ao sistema bancário ou segurador.

A tendência normal deverá ser para a manutenção ou procura de um dado equilíbrio orçamental ou défice “controlado” ou seu ajustamento, com a dinamização da economia a facultar mais meios financeiros públicos e com os países com défices comerciais indo resolvendo eventuais problemas micro para potenciar exportações e correções da balança de pagamentos e os Espaços económicos abertos promovendo investimentos e importações dos países menos desenvolvidos, para evitar excessos significativos nas balanças bilaterais, expropriativas da riqueza de parte desses Espaços.

O normal da política económica é dar o maior espaço possível aos setores privados, sem prejuízo do aprofundamento possível do Estado Social, que sempre é função da sociedade e do Estado, sendo a economia política uma economia social, em sociedade politicamente organizada, onde aliás os setores sociais mais carenciados ou já

¹⁹ SAMUELSON, Paul Anthony; Nordhaus, William D. –*Economics*. McGraw Hill Professional, 18ª edição, 2004.

²⁰ SCHUMPETER, Joseph Aloys –*Ten Great Economists*. New York: Oxford University Press, 1951; –*The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Trans.Redvers Opie. Cambridge, MA: Harvard University, 1934; –*Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper and Brothers, 1942; –*Histoire de l'analyse économique*. Paris: Gallimard, 1987.

²¹ FRIEDMAN, Milton; SCHWARTZ, Anna Jacobson –*A Monetary History of the United States 1867-1860*. Princeton University Press, 1963; –*Capitalism and Freedom*. Univ. Chicago, 1962.

não ativos devem ser tidos como dinamizadores do próprio sistema social global, designadamente o económico.

O investimento público em Estados mais desenvolvidos com o setor privado dinâmico para apoiar esse ajustamento sem austeridades ou perdas de riqueza comprometedoras do todo integrado, de qualquer modo, não é desejável para além daquilo que se justifique à base das normais receitas públicas. E não em substituição ou oneração anormal dos encargos do setor privado. Só para infraestruturas de apoio à evolução do desenvolvimento económico e ataque às assimetrias regionais, além da manutenção racional do Estado Social no seu nível conjuntural, saúde, educação, cultura e segurança social.

E, neste caso, não para arcar com encargos sem contrapartidas para a sociedade, mas com exigência de ocupação útil para a sociedade por parte dos beneficiários dos dinheiros públicos. Com os desempregados a proteger, mas também a ocupar em benefício da sociedade que lhes paga.

A regra básica nesta fase é que, não tendo os privados deixado de querer dar utilidade, rentabilizar, as poupanças geradas pelo sistema económico, não tem sentido qualquer investimento público, dinamizador de uma economia saudável, sobretudo se tal implicar sobreaquecimento da economia ou subida de taxas de juro para os setores privados.

Mas, face aos desafios da abertura dos mercados e da concorrência permanente,²² ligada à globalização ou a integrações económicas imperfeitas, propiciadoras de redistribuição nacional assimétrica da riqueza produzida pelo todo, ou face a mini-crises, nada impede certos investimentos com efeito multiplicador, desde que não se caia num keynesianismo de fachada, bastardo, de substituição dos agentes económicos, com consequências prejudiciais para a economia e agravamentos perigosos dos contos públicos, que devem estar sempre em pré-aviso para os períodos de necessária e volumosas intervenção nas crises cíclicas.

Portanto, sem excessos de endividamentos públicos, sem graves desequilíbrios orçamentais e apenas orientadas para a potenciação do crescimento económico²³ ou

²² MARCHIPONT, J.-F.; RAMADIER, P.; VIGIER, P. –“Politique Industriale: Intérêt Communautaire, l’État des controverses: Le faux consensus sur la libre concurrence”. In *L’Événement Européen. Initiatives et débat. Après Maastricht*. Paris: Éditions Françaises Seuil, n.º17, Mars 1992.

²³ CONDESSO, F.; CONDESSO, Ricardo Alexandre Azevedo –“Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Resiliente: Políticas e Direito. Princípios Gerais de Intervenção Pública”. *Revista Científica Monfragüe*, Volumen III Número 1, Junho 2014, Pp.1-36.
CONDESSO, Fernando –*Europa em Crise: renegociação da dívida. Solução federal*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.

dinamização de setores em crise, não por lógicas de competitividades assentes em naturais e benéficas vantagens comparativas, mas de perdas dela por artificiais e variados dumping, fiscais, aduaneiros, laborais, ambientais, etc. Ou para atingir maior desenvolvimento relativo e para investimentos de grande interesse para o desenvolvimento de um determinado Espaço económico-social, altamente reprodutivos e estimuladores (investimento para o desenvolvimento ou sustentação da economia – mas não investimentos substitutivos da iniciativa do setor privado –, visando evitar ou superar crises, dando utilização a poupanças desperdiçadas anormalmente pela lógica normal do mercado).

Mas de modo que tal nunca atue para prejudicar, antes para potenciar a atividade privada.

Quanto ao período de uma crise caracterizada por degradação de ativos, ou seja, face a um esquema de crise devida a perda abrupta da riqueza de um dado Espaço económico, aí originado ou por outros exportada, independentemente da saúde geral do sistema produtivo, das empresas e da situação da balança de pagamentos ou da dívida pública, temos *dois períodos fundamentais* no desenrolar da crise: o da necessária política orçamental compensadora do não investimento privado e o do reinício – por vezes deferido – dos investimentos particulares, com aproveitamento das poupanças e a retoma da procura.

Começa pelo rebotamento da bolha dos valores dos ativos sobrevalorizados ou tóxicos, face a uma intervenção da autoridade monetária ou do peso ultraexcessivo da bolha, com queda repentina do valor dos bens, títulos, casas, etc., carregando as empresas de dívidas, com falências e desemprego.

Aqui, as empresas abandonam a lógica da maximização dos lucros, para avançar em termos significativos, opara a lógica – empresarialmente correta, mas anómala para a economia no seu conjunto – da minimização das dívidas, com pagamentos antecipados, criando um ambiente de recessão, sem procura de fundos independentemente do preço do dinheiro, dado que, baixo ou não, então ninguém o quer, diminuindo a procura agregada, até se limparem as rúbricas negativas dos seus balanços, com as famílias a não consumirem e a aumentar as poupanças, que ficam empresarialmente inativas e, portanto, improdutivas nos bancos ou em casa.

Só após a reparação da contabilidade das empresas, apesar desse alívio, deixa de haver uma memória inibidora face ao trauma da súbita e “inesperada” crise antes vivida.

O que atuando coletivamente em cada um como “animal spirit” empresarial, bloqueia a procura do lucro, com a contração de novos empréstimos e com as famílias a continuar a acumular poupanças, sem confiança ainda no futuro.

E se, nesta fase, quando recomeça a procura de financiamento pelo setor privado da economia, recuperado nas suas finanças e dos seus pânicos iminentes e vividos, a política monetária é útil, devendo a intervenção orçamental reduzir-se em proporção (para não se sobrepor ou dificultar os investimentos privados) até terminar ou se realinhar as práticas anteriores à crise, desde que não distorçores da economia e comprometedoras das contas públicas normais).

Fica um déficit orçamental sempre pesado, mas com utilidade, contrariamente ao peso financeiro público semelhante que ficará sem tal política correta e que terá sido inútil.

Pode exigir-se reformas transitórias das finanças públicas.

Mas, sendo certo que, sem a intervenção estatal em investimentos de substituição dos privados na fase de crise, ele cresceria igualmente por más e inúteis razões.

E o novo vigor da economia, nos trilhos normais e nas mãos essencialmente da iniciativa privada, aumenta a massa de receitas, até os sofrendores dessa crise esquecerem os erros e que há bolhas e os homens que se seguem de novo recomeçarem gananciosamente a criar condições para a próxima bolha e, eventualmente, as autoridades monetárias, para ajudar – sem êxito – a superar uma crise e as teses do mercado desregulado e da autorregulação-autocorreção automática do mercado²⁴ – e da não taxação progressiva das grandes fortunas e da transmissão das grandes heranças, comecem a provocar a próxima crise económica, financeira e social.

A duração das crises depende da correção, adequação e persistência da política orçamental pelos Estados ou pelas autoridades competentes dos Espaços federados ou integrados e da fuga anestésica a políticas monetárias ou de austeridades recessivas.

A duração e pujança dos períodos de crescimento não depende só da confiança e dinamismo do setor privado e da dimensão, maior ou menor, da intervenção do Estado.

²⁴ MEDIALDEA GARCIA, Bibiana (Coord.) – *Quiénes son los Mercados y cómo nos gobiernan*. Barcelona: Icaria Editorial, 2011; MAJONE, G. – “The rise of statutory regulation in Europe”. In *Regulating Europe*. Londres: Routledge, 1996, P.54.

No período de crise, recessões, depressões, podem perpassar situações diversificadas.

Podemos ter *crises por deficiências estruturais na economia*.

Aqui, exigindo-se sobretudo soluções empresariais ou do poder político (soluções concretas a operar a nível micro). Estas crises com origem em deficiências dos sistemas produtivos, de origem estrutural, ligadas a problemas pelo lado da oferta, levam à diminuição da procura interna, aumento das importações e perda da capacidade no plano das exportações (em geral, perdas de competitividade relativa por perda da qualidade de produtos ou falta da sua produção ou dumpings na produção externa em comércio aberto).

Exigem, essencialmente, reformas micro ou correções de normas inter-espaciais ou do comércio global (sem o facilitismo, meramente conjuntural e não de visão estrutural, de tocar em direitos na propriedade, rendimentos, reformas da terceira idade, prestações sociais; aliás, em geral, já proibidos pelas constituições modernas e que os governos em Estado de Direito devem respeitar).

Ou, portanto, reajustamentos com rearranjos intergovernamentais para o regresso a um comércio justo e útil para todos, assente na ideia de reais vantagens competitivas comparativas (que impedem dumpings de qualquer tipo, mesmo fiscais, laborais, ambientais; e podem muitas vezes ser iniciadas pelo aferimentos da realidade a partir de análises realistas, tendo presente lógicas inexplicáveis, desde logo sobretudo face a desvantagens territoriais no âmbito das despesas de transporte ou do acesso a matérias-primas).

Mas há, também, as *crises desestruturantes da economia*, ligadas a problemas pelo lado da procura, após perda abrupta do valor dos ativos das empresas e de desajustamentos dos balanços das empresas, provocadoras de recessões, por rebentamento de bolhas de preços desses ativos.

Em causa, estão e continuarão a estar problemas macroeconómicos não ultrapassáveis com meras medidas de reestruturação de setores ou de natureza monetária, que iludem os problemas e criam condições de novos problemas semelhantes no futuro.

Pelo contrário. Crises que são inultrapassáveis ou arrastáveis com grandes sacrifícios e comprometimentos futuros, sem forte, determinada e persistente atuação dos poderes públicos, pela via orçamental.

Em termos que utilize o crescente dinheiro parado da acumulação de poupanças não mobilizadas para a economia pelos privados em pânico e em fase conjunta de minimização das dívidas.

De modo também a manter a crise intrafronteiras e não a deixar exportar para outras economias nacionais não tocadas por ela, que repercutirão agravamento e depois problemas sobre os que foram incapazes de os sustarem inicialmente.

Importa acrescentar algo sobre este tema das recessões por colapso dos valores de ativos, resultantes de excessos de confiança do setor privado sobre as perspectivas económicas futuras. Recentemente, em 1990, tivemos o excesso de confiança na revolução das tecnologias de informação, cujas medidas de cura levaram na América a procurar ganhar tempo facilitando o crédito para provocar a confiança sem limites no infindo mercado imobiliário. E o mesmo aconteceu na recessão alemã de 2000-2005, que em si e nas medidas monetárias de desvalorização do euro para que arrasou o BCE para a tentar ajudar vieram provocar também a situação de bolhas criadas a partir daí nos países do sul europeu.

Os colapsos, se não resultarem diretamente de atos de natureza monetária dos poderes públicos, face à constatação da bolha (para tentar arrefecer a economia e evitar uma escalada inflacionária) serão devidos ao tamanho das próprias bolhas (que a partir de certo nível rebentam por si).

Esta queda acentuada dos valores dos ativos provoca no setor privado o descontrolo das contas-balanços empresariais e das empresas.

Fazendo que todas elas ao mesmo tempo comecem a amortizar antecipadamente dívidas e a não quererem aceder a novos fundos, afastando-se da lógica de empréstimos, investimentos, procura de aumento de lucros.

Mas, assim, nesta situação, não há juros baixos que possam motivar o pagador de dívidas empresariais a procurar novos empréstimos.

Não durante o período de limpeza de passivos empresariais em momento de crise, nem depois enquanto se mantiver o trauma.

Pelo que a política monetária é relativamente ineficaz. Só devendo voltar à cena quando o mundo empresarial revelar sinais de estar psicologicamente preparado para voltar a contrair empréstimos.

Só a política orçamental pode evitar o acentuar da crise, recessões ou mesmo depressões. E mesmo com perda de riqueza nacional verificada com o colapso, só ela pode manter o PIB e os níveis de vida das pessoas.

Neste tipo de crises, a atuação estatal, com investimentos, empréstimo bancários, aumento de despesas públicas, maior aposta em despesas de aprofundamento do

Estado social, deve ser substancial (adequada, para mais, ao valor das poupanças não utilizadas pelo setor privado, e persistente, enquanto durar a limpeza das dívidas, dos passivos, das empresas continuar ainda mais algum tempo depois, medido pela inércia à contração de empréstimos face ao trauma anti-empréstimos, com aversão à dívida.

E pode ser acompanhado de medidas micro. Conforme as circunstâncias do estado de cada economia. Designadamente, se a crise coincidir com balanças comerciais nacionais negativas. Que imponham alterações pelo lado da oferta, para dinamizar a procura pelas outras economias externas, em termos de qualidade dos produtos, dinamização de setores de bens transacionáveis, estímulos à captação de investidores. E, também, aumento de salários comportáveis, para dinamizar a própria procura interna e a de outros países em crise.

Bibliografia

- ACHUTHAN, Lakshman; BANERJI, Anirvan –“The risk of redefining recession”. *CNNMoney.com*, 7 de maio de 2008.
- ALLEN, Franklin; GALE, Douglas –*Understanding financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- ANAND, Sudhir; SEGAL, Paul –“What Do We Know about Global Income Inequality?.” *Journal of Economic Literature* 46, (1), 2008, Pp.57-94.
- ANDERSON, Sarah –“Executive Excess 2007: How Average Taxpayers Subsidize Ranaway Pay”, *15th Annual CEO Compensation Survey*, Institute for Policy Studies and United for a Fair Economy. Washington, DC, Boston, 25.8.2008, http://www.faireconomy.org/files/executive_executive_excess_2008.pdf.
- ANG, James B. –“A Survey of Recent Developments in the Literature of Finance and Growth”. *Journal of Economic Surveys* 22, (3), 2008, Pp.536-576.
- ARIÑO, Gaspar –*Economía y mercado: crisis y reforma del sector público*. Madrid: Marcial Pons, 1993.
- ARMSTRONG, Mark; SAPPINGTON, David E. M. –“Regulation, Competition, and Liberalization”. *Journal of Economic Literature* 44, (2), 2006, Pp.325-366.
- ARNOTT, Richard; STIGLITZ, Joseph E. –“Moral Hazard and Non-market Institutions: Dysfunctional Crowding Out or Peer Monitoring”. *American Economic Review* 81, (1), 1991, Pp.179-190.
- BAGUS, Philipp –*A Tragédia do Euro*. Prefácio de João Ferreira do Amaral. Lisboa: Actual, 2011.
- BENHABIB, Jess; Spiegel, Mark M. –“The Role of Human Capital in Economic Development Evidence from Aggregate Cross-Country Data”. *Journal of Monetary Economics* 34, (2), 1994, Pp.143-173.
- BERNANKE, Ben S. –“Nonmonetary effects of the financial crisis in the propagation of the Greit Depression”. *American Economic Review* 73, 1983, Pp.257-276.
- BHAGWATI, Jagdish N; KRUEGER, Anne –“Exchange Controls, Liberalization, and Economic Development”. *American Economic Review* 63, (2), 1973, Pp.419-427.
- BLOMERT, Reinhart –*John Maynard Keynes*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Verlag GmbH, 2007.
- BORDO, Michael –*The Crisis of 2007: Some Lessons from History*. London: VoxEU.org., Centre for Economic Policy Research, 2007.
- BOURGUIGNON, François; MORRISON, Christian –“Inequality among World Citizens: 1820-1992”. *American Economic Review* 92, (4), 2002, Pp.727-744.
- BRUNO, Michael; Easterly, William – “Inflation Crises and Long-Run Growth”. *Journal of Monetary Economics* 41, (1), 1998, Pp.3-26.
- CEMAT –“Stratégie commune d’aménagement et de développement durable pour l’Europe”. *12.ª Sessão da CEMAT*, Hanôver, 7 e 8 de setembro de 2000.
- CHENERY, Hollis; AHULUWALIA, Montek S.; BELL, C. L. G.; DULOY, John H.; JOLLY, Richard –*Redistribution with Growth: Policies to Improve Income Distribution in*

- Developing Countries in the Context of Economic Growth*. London and New York: Oxford University Press, 1974.
- CHRISTIANO, M. EICHENBAUM e SERGIO REBELO –“When is the Government Spending Multiplier Larger?”. *NBER Working Paper* 15394, oct. 2009. <http://www.nber.org/papers/w15394>.
- CICCONE, Antonio; JAROCIŃSKI, Marek –“Determinants of Economic Growth: Will Data Tell?”. *Working Paper* 852. Frankfurt am Main: European Central Bank, 2008.
- CLERC, Denis –*Déchiffrer les grands auteurs de l'économie et de la sauvage*. Vol. I e II, Paris: Éd. La Découverte et Syros, 1997 e 1998.
- COMITÉ DE DESARROLLO TERRITORIAL, COMISIÓN EUROPEA – *ETE –Estrategia territorial Europea: Hacia un Desarrollo Territorial Equilibrado y Sostenible*. Luxemburgo: OPOCE, mayo de 1999.
- CONDESSO, F.; CONDESSO, Ricardo Alexandre Azevedo –“Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Resiliente: Políticas e Direito. Princípios Gerais de Intervenção Pública”. *Revista Científica Monfragüe*, Volumen III Número 1, Junho 2014, Pp. 1-36.
- CONDESSO, Fernando –*Europa em Crise: renegociação da dívida. Solução federal*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.
- CONDESSO, Fernando –“A península ibérica e a União europeia: Nem esta integração nem o isolacionismo. Da União Europeia disfuncional a um modelo de unificação federal Democrática”. N.º7, *REIB, CEIB-URJC*, Madrid, Dez2012.
- CONDESSO, Fernando –“Administración pública y Desarrollo Económico-Social. Ordenación del Territorio Y Medio Ambiente: Las asimetrías de desarrollo en Portugal y la reforma de las estructuras de gobernación territorial”. *Revista Monfragüe del Medio Ambiente*, n.º3, 2013.
- CONDESSO, Fernando –“O ordenamento do território e o seu enquadramento legal em Portugal”. In *A efetividade do direito ambiental e a gestão do meio ambiente na américa ibérica: Balanço de Resultados das Quatro décadas da Conferência de Estocolmo*. Santos: Unisantos, 2012, Pp.157-170.
- CONDESSO, Fernando –“Portugal, o Governo Português, o FMI, o BCE e a UE: abordagem politológica da anatomia e anomia do desenrolar da crise. In *Troika Ano II. Eduardo Paz Ferreira (Coord.)*. (Apresentação pública na Reitoria da Universidade de Lisboa, em 20 de maio de 2013). Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 2013.
- CONDESSO, Fernando –“Desenvolvimento rural, património e turismo”. *Cuadernos de desarrollo rural, International Journal of Rural Development*, 8, (66), p.197-222. (Revista indexada em ISI, SCopus, Publindex A1, Redalyc, Scielo). Bogotá: Facultad de Estudios Ambientales y Rurales, Instituto de Estudios Rurales, Departamento de Desarrollo Rural y Regional, Pontificia Universidad Javeriana, enero-junio 2011.
- CONDESSO, Fernando –“Os fundamentos da ideia regionalizadora e o papel do Professor Eurico de Figueiredo no processo referendário da década de noventa”. Pp.165-194. In *Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico de Figueiredo: Homem, Político e Académico*. Porto Editora: CEPES, Edições Afrontamento, 2005.
- CONDESSO, Fernando –*Derecho a la información: Crisis del sistema político. Transparencia de los poderes públicos*. Madrid: Dykinson, 2011.

- CONDESSO, Fernando –*Derecho de acceso de los ciudadanos a la documentación e información. Cuestiones y fundamentos politológicos, económico-financieros, comunicacionales y ambientales*. Tomo I, EUA, RU, Tubinguen: LAMBERT ACADEMIC PUBLISHING GMBH & CO. KG, 2012.
- CONDESSO, Fernando –*Desarrollo y Cohesión en la Península Ibérica: El Problema de la Ordenación Territorial*. Barcelona: Erasmus Ediciones, Jan 2010.
- CONDESSO, Fernando –*Ordenamento do Território: Administração e Políticas Públicas, Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2005.
- CONDESSO, Fernando –*Portugal em Crise: Pela Reforma Global do Sistema Político e das Políticas Públicas. Proposta de Reformas Institucionais em Momento de Debate Anti-Crise situadas no âmbito das concepções do Estado Constitucional Democrático Social de Direito*. Prefácio de Eurico Figueiredo. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2011.
- CONDESSO, Ricardo e Fernando –*Public administration and social economic development, planning and environment management: asymmetries development in Portugal and the reform of territorial governance structures*. Revista Monfragüe. Espanha, n.º3, 2013.
- CRAFTS, Nicholas –“Globalization and Economic Growth: A Historical Perspective”. *World Economy* 27, (1), 2004, Pp.45-58.
- CROSLAND, Anthony –*The future of socialism*. London: Jonathan Cape, 1956.
- CUADRO ROURA, J.R. –“La importancia de los servicios a la producción en la nueva política regional”. In *Territorios en transformación*. Madrid:Feder, CSIC, 1994.
- DEHOUSSE, R. et alteri –*Europe after 1992: New Regulatory Strategies*. Florença: IUE, Working Paper Law, n.º 92/31.
- DIXIT, Avinash –*The Making of Economic Policy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996; – “Evaluating Recipes for Development Success”. *World Bank Research Observer* 22, (2), 2007, Pp.131-157.
- DOMAR, Evsey D. –“Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment”. *Econometrica* 14, (2), 1946, Pp.137-147.
- DOPPELHOFER, Gernot; MILLER, Ronald; SALA-I-MARTIN, Xavier –“Determinants of Long-Term Growth: A Bayesian Averaging of Classical Estimates (BACE) Approach”. *American Economic Review* 94, (4), 2004, Pp.813-835.
- DOUCOULIAGOS, Hristos; PALDAM, Martin –“Aid Effectiveness on Accumulation: A Meta Study”. *Kyklos* 59, (2), 2006, Pp.227-254.
- DOYLE, Martin W; STANLEY, Emily H.; HAVLICK, David G.; KAISER, Mark J; STEINBACH, George; GRAF, William L.; GALLOWAY, Gerald E.; RIGGSBEE, J .Adam –“Aging Infrastructure and Ecosystem Restoration”. *Science* 319, (5861), 2008, Pp.286-287.
- DURLAUF, Steven; KOURTELLOS, Andros; TAN, Chih Ming –“Are Any Growth Theories Robust?”. *Economic Journal* 118, (527), 2008, Pp.329-46.
- EASTERLIN, Richard E. –*Growth Triumphant: The Twenty-First Century in Historical Perspective (Economics, Cognition, and Society)*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1998.

- EICHENGREEN, Barry –*The Asian Crisis after Ten Years*. Berkeley: University of California, 2007.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA –“Home Insecurity: How Widespread Appraisal Fraud Puts Homeowners at Risk”. *Borrowing to Make Ends Meet Briefing Paper n.º4*. Março de 2005: http://www.cheatingculture.com/home_insecurity_v3.pdf
- FELTON, Andrew; Reinhart, Carmen M. –*The First Global Financial Crisis of the 21st Century*. London: Centre for Economic Policy Research, 2008.
- FENG, Yi –*Democracy, Governance, and Economic Performance*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.
- FERNANDES, Manuel Ramires –*A problemática da regionalização*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.
- FISHER, Irving –“The Debt-Deflation Theory of Greit Depressions”. *Econometria* 1, 1933.
- FRANCIS, J. –*The politics of regulation*. Oxford: Blackwell, 1993.
- FRANZ KARASEK (Secrétaire-Général du Conseil de l'Europe) –“Préface”. *CEOT*. Conseil de l'Europe, 1983.
- FRIEDMAN, Milton; SCHWARTZ, Anna Jacobson –*A Monetary History of the United States 1867-1860*. Princeton University Press, 1963.
- FRIEDMAN, Milton –*Territory and Function*. University of California, 1979; –*Capitalism and Freedom*. Univ. Chicago, 1962.
- FRIEDMANN, J. e DOUGLASS, M. –“Agropolitan Development: Towards a new Strategy for regional planning in Asia”. In *Growth Pole: Strategy and Regional Development Policy*. LO, F. e SALIH, K. (ed.). Oxford: Pergamon Press, 1978.
- GIANNINI, M.S. –“Pianificazione”. In *ED XXXIII*. Milano: Giuffrè, 1983.
- GILBERT, Neil –*The Transformation of the Welfare State: The Silent Surrender of Public Responsibility*. New York: Oxford University Press, 2004.
- GLASS, Carter; STEAGALL, Henry –*Public Law 73-66, 73d Congress, H.R. 5661: An Act to provide for the safer and more effective use of the assets of banks, to regulate interbank control, to prevent the undue diversion of funds into speculative operations*, 1933 [Banking Act of 1933], consultada em 3.1.2014, em Federal Reserve Archive-Discover Economic History (RASER): <http://fraser.stlouisfed.org/publication/?pid=991>.
- GREENWALD, Bruce and STIGLITZ, Joseph E. –“Externalities in Economies with Imperfect Information and Incomplete Markets”. *Quarterly Journal of Economics*, n.º 90, 1986.
- GREENWALD, Bruce C.; STIGLITZ, Joseph E. –“Asymmetric Information and the New Theory of the Firm: Financial Constraints and Risk Behavior”. *American Economic Review*, American Economic Association, vol. 80(2), May 1990, Pp.160-65.
- HALL, P. –“Forces Shaping Urban Europe”. *Urban Studies*, Vol.30, n.º6, Junho 1993.
- HAYEK, Friederich August von –*The Road to Serfdom*. George Routledge & Sons, 1944; –*Prices and Production*, New York: Augustus M. Kelly Publishers, 1931; –*The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*. W.W.Bartley III, 1989.
- HEILBRONER, Robert –*Les grands économistes*. Paris: Seuil, 1971.
- HERMANSEN, T. –“Spatial organization and economic development: The scope and task of spatial planning”. In *Regional Disaggregation of National Policies and Plans*. A. Kukling (Ed.).Paris: Mouton, 1975.

- HITCHNER, R Bruce –“Globalization Avant la Lettre: Globalization and the History of the Roman Empire”. *New Global Studies* 2, (2), 2008.
- ITO, Takatoshi; Krueger, Anne O. (eds). –*Governance, Regulation, and Privatization in the Asia-Pacific Region*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- JALILIAN, Hossein; KIRKPATRICK, Colin; PARKER, David –“The Impact of Regulation on Economic Growth in Developing Countries: A Cross-Country Analysis”. *World Development* 35, (1), 2007, Pp.87–103.
- JOHN KENNETH GALBRAITH –*A Crise Económica de 1929, 1961; –History of Economics*. Penguin, 1991.
- KALDOR, Nicholas –*Le fléau du monétarisme*. Paris: Economica. 1985.
- KEYNES, John Maynard –*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Lisboa: Relógio D’Água, 2010.
- KINGDLEBERGER, Charles –*Manías, pánicos y creencias: historias de las crisis financieras*. Barcelona: Ariel, 1991.
- KOO, Richard C. –*O Santo Graal da Macroeconomia: Lições a Retirar da Grande Recessão do Japão*. Lisboa: Smartbook, 2010.
- KUKLINSKI, A. –“Regional development, regional policies and regional planning”. In *Regional Studies*, Vol. IV.
- LOPES, A. Simões –“As políticas e o Planeamento do Desenvolvimento Regional”. In *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*. 3.^a Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987; –“Desenvolvimento regional e integração”. Comunicação apresentada à *II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*. Lisboa: Gulbenkian, 1979.
- LOPES, José –*Regionalização: Portugal e as experiências na União Europeia*. Coimbra: CEFA- Centro de Estudos e Formação da Administração. Coleção Actas. 1997.
- LUCAS, Robert et aliter –“Comment on “British Imperialism Revisited: The Costs and Benefits of Anglobalization”. by Niall Ferguson”. http://home.uchicago.edu/~sogrodow/homepage/Niall_Ferguson.pdf, 2003.
- MAJONE, G. –“The rise of statutory regulation in Europe”. In *Regulating Europe*. Londres: Routledge, 1996, p.54.
- MARCHIPONT, J.-F.; RAMADIER, P.; VIGIER, P. –“Politique Industriale: Intérêt Communautaire, l’État des controverses: Le faux consensus sur la libre concurrence”. In *L’Événement Européen. Initiatives et débat. Après Maastricht*. Paris: Éditions Françaises Seuil, n.º 17, Mars 1992.
- MEDIALDEA GARCIA, Bibiana (Coord.) –*Quiénes son los Mercados y cómo nos gobiernan*. Barcelona: Icaria Editorial, 2011.
- MORA ALISEDA, J.; CONDESSO, F. (Dir.) –*Políticas urbanas y territoriales en la Península Ibérica*. Tomo I, Serie Estudios Portugueses, n.º28. Mérida: Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 2005.
- MYRDAL, Gunnar –*Procès de la Croissance*. Paris: PUF, 1979; –*Théorie économique et pays sous-développés*. Paris: Présence africaine, 1959.
- NOVALES, Alfonso; SEBASTIÁN, Carlos –*Análisis Macroeconómica I e II*. Barcelona: Marcial Pons, 1999.

- O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. –*Globalization and History*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.
- OLIVEIRA, Luís Valente de –*Regionalização*. Porto: Edições Asa, 1996; –*Novas considerações sobre a Regionalização*. Porto: Edições ASA, 1997.
- OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSSON, Niels P. –*Globalization: A Short History*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- PARETO, Vilfredo –*Manual of Political Economy*, 1906.
- PRASAD, Eswar; Rogoff, Kenneth; Wei, Shang-Jin; Kose, M Ayhan –“Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence”. *IMF Occasional Paper* 220. Washington DC: International Monetary Fund, 2003.
- REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S. –*This Time is different; Eiggt Centuries of Financial Folly*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- ROSADO PACHECO, Santiago –“El Estado administrativo en la España del siglo XIX: Liberalismo y intervencionismo: Notas históricas a propósito del fomento, la expropiación y la contratación administrativa. 1836-1869”. *Cuaderno y Debates*, n.º92, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.
- SANDRONI, Paulo (org.) –*Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985;
- SAY, Jean-Baptiste –*Traité d'économie politique*, 1826.
- SAMUELSON, Paul Anthony; Nordhaus, William D. –*Economics*. McGraw Hill Professional, 18ª edição, 2004.
- SANTOS, J. Albano –*Economia Pública*. Lisboa: ISCSP, UTL, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph Aloys –*Ten Great Economists*. New York: Oxford University Press, 1951; –*The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Trans. Redvers Opie. Cambridge, MA: Harvard University, 1934; – *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper and Brothers, 1942; – *Histoire de l'analyse économique*. Paris: Gallimard, 1987.
- SHISKIN, Julius –“The Changing Business Cycle”. *New York Times*, 1.7. 1974, P. 222.
- SKIDELSKY, Robert – *John Maynard Keynes: O Regresso do Mestre*. Posfácio de Jacinto Nunes. Alfragide: Texto Editores, 2010.
- SOTELO NAVALPOTRO, José A. –“Modelos de organización y desarrollo regional”. Madrid: *Rev. del Observatorio Medioambiental del Instituto Universitario de Ciencias Ambientales*, IUCM, s/d, p. 8.
- SOUSA, António Rebelo de –*Manual de Economia do Desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP, 2009; –*De Um Novo Conceito de Desenvolvimento, no Quadro da Economia Internacional*. Lisboa: ISCSP, 2008; –“Das Economias em Transição aos Novos Desafios da Integração”. *Economia & Empresa*, n.º 4. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2004.
- STIGLITZ, Joseph E. –“Capital-Market Liberalization, Globalization, and the IMF”. *Oxford Review of Economic Policy* 20, (1), 2004, p.57-71; –*Making Globalization Work*. New York, : W. W. Norton, 2006; –*Freefall. America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. Traduzido por Alejandro Pradera e Núria Petit: *Caída Libre: El libre mercado y el Hundimiento de la economía mundial*. Madrid: Taurus, Santillana Ediciones Generales, 2010; –*Los felices noventa*. Madrid: Taurus, 2003; –“Risk and Global Eco-

- conomic Architecture: Why Full Financial Integration May Be Undesirable”. *American Economic Review*, American Economic Association, vol. 100(2), May 2010, Pp. 388-392.
- STIGLITZ, Joseph E.; GREENWAL, Bruce –*Rumo a um Novo Paradigma em Economia Monetária*. Francis, 2004.
- TEMIN, Peter –“The Great Depression”. In ENGERMAN, Stanley L.; Gallman, Robert E. (Editores). The Cambridge University Press, 2000, 3. Pp.301-310; –*Lecciones de la Gran Depresión*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- UNIÃO EUROPEIA –*COM (85) 310 final: Livro Branco sobre a ‘A realização do mercado interno’*. Bruxelas: COM, de 9.9.1986.
- VVAA –“Globalization in World History”. In *A G Hopkins* ed.. New York: W. W. Norton, 2002.
- WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate –*The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. London: Allen Lane, 2009.
- WILLIAMSON, Jeffrey G. –“Globalization and the Great Divergence: Terms of Trade Booms and Volatility in the Poor Periphery, 1782–1913”. *NBER Working Paper* 13841. Cambridge MA; National Bureau of Economic Research, 2008.